

University of Texas at Austin
27th Annual ILASSA Conference on Latin America

**Raça, Desigualdade e Participação Política na Região
Metropolitana de Belo Horizonte**

Natália S. Bueno
nataliasbueno@gmail.com

Curso de Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Fabício M. Fialho
fabriciocs@ufmg.br

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Belo Horizonte, Janeiro de 2007

Raça, Desigualdade e Participação Política na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Natália S. Bueno
Fabrício M. Fialho

A relação entre a questão racial e a política no Brasil pode ser discutida de diversas maneiras e perspectivas. Todavia, as perguntas formuladas por Bolívar Lamounier (1968) ainda contemplam, se não exaustivamente, de forma bastante abrangente, os aspectos da questão racial que interessariam a um cientista político:

Primeiro, pressupondo a existência, no mínimo, de um padrão de acesso desigual a oportunidades educacionais e econômicas, como simples resíduos históricos, quando não de preconceito e práticas discriminatórias, em que medida esses aspectos da estrutura social chegam a expressar-se sob a forma de atitudes (ou crenças) e comportamentos *políticos* também diferenciais? [...] Na hipótese de a primeira pergunta comportar uma resposta positiva, em que medida e sob que condições chega a desenvolver-se uma consciência de solidariedade racial ou étnica capaz de expressar-se como *comportamento político coletivo*? Convém enfatizar os três termos. Que *objetivos*, referindo-me agora ao caso brasileiro, especificamente, se proporia a os membros de uma organização política de base étnica; e, conseqüentemente, que *estratégia* adotariam? (Lamounier, 1968, pp.38-9)

A citação apresenta, de forma clara, as perguntas que orientam este texto, a saber: se há efeito da raça no comportamento político (e em que medida deriva de desigualdades socioeconômicas associadas a este atributo) e, caso a resposta seja positiva, qual seria este efeito. Todavia, é necessário precisar qual dimensão do comportamento político se trata aqui, uma vez que sob tal rubrica pode-se entender participação política em instituições do sistema político, atitudes, crenças, protesto,

violência política, participação em movimentos sociais, entre outros. Nesse sentido, pergunta-se quais os efeitos da raça na *propensão individual a participar em organizações políticas*¹.

Da maneira como o problema se configura, trata-se, portanto, de uma discussão sobre desigualdade política, entendida como o desigual preenchimento de direitos políticos universalmente atribuídos, ou seja, de assimetrias na ativação de direitos políticos atribuídos (Reis, 2003). A ênfase nesse trabalho está na pergunta se o atributo adscrito da raça reverbera em assimetrias sistemáticas no *acesso* ao sistema político através da propensão à participação política².

O texto se organiza da seguinte maneira: primeiramente, é feita uma breve revisão da literatura sobre desigualdade política e raça e política no Brasil, revisão que, embora não exaustiva, é necessária à formulação de nossas hipóteses e testes. Em um segundo momento, os testes são apresentados e discutidos e, numa última seção, são feitos comentários acerca dos resultados e da discussão, ressaltando as principais questões levantadas ao longo do texto.

1. Notas sobre desigualdade política e raça

O Brasil é um país mundialmente conhecido pelos seus altos níveis de desigualdade social. E dentre as diversas dimensões da desigualdade, uma das que certamente se destacam no Brasil é a desigualdade racial. Indivíduos não-brancos estão, historicamente, em pior posição em *todos* os indicadores sócio-demográficos

¹ Neste artigo, consideramos como organizações políticas os seguintes grupos: Entidade/associação ligada à defesa dos direitos humanos tais como: mulheres, crianças e adolescentes, idosos, homossexuais, negros, portadores de deficiência física etc.; Partido político; Entidades empresariais/patronais; Entidade estudantil; Sindicato dos trabalhadores; Orçamento Participativo; Reunião com representantes da Prefeitura nos últimos doze meses para resolver problemas do seu bairro ou vila.

² Vale ressaltar que se a não-participação política deriva de uma escolha idiossincrática pessoal (e não condicionada por assimetrias sistemáticas), ou seja, trata-se de apatia e não de alienação ou alheamento, não há problema teórico, tampouco normativo, em nosso ponto de vista. Para essa discussão, ver Reis (2002) e Kerstenetzky (2003).

(Hasenbalg, 2005 [1979]; Hasenbalg, Valle Silva & Lima, 1999, Hasenbalg & Valle Silva, 1993; Santos, 2005). Nogueira (1998) sugere a existência, no Brasil, de uma sobreposição entre certo *continuum* de cor, variando do mais preto até o mais branco, e o de estratificação social, o que ficou conhecido como cromatismo da escala social³. Dentro do marco teórico em que este trabalho pretende se inserir, tal carência de recursos como renda, escolaridade, habilidades cívicas, dentre outros, afetaria, portanto, de forma especialmente negativa a participação política do grupo negro, por este ocupar, de forma geral, posição social mais desfavorecida⁴.

Ao tratar das desigualdades raciais, não se pode esquecer daquelas existentes no plano simbólico. Certo capital simbólico, manifesto na forma de discriminação, estereótipos e preconceito e outros mecanismos de redução da auto-estima e do potencial de ação conjunta de certo grupo racial, também atua como variável com efeito *negativo* sobre a propensão à participação política. Ações políticas são também influenciadas, por exemplo, por senso de competência política e percepção da capacidade de participação e influência em decisões políticas. A posição inferiorizada que o grupo negro ocupa também no plano simbólico resultaria no que autores como Bourdieu (1984) chamam de “dissonância cognitiva” e em redução da auto-percepção dos negros enquanto indivíduos capazes de expressão e atuação no plano político. Segundo Hasenbalg (2005), a aquiescência social dos negros no Brasil foi dada principalmente pela confluência de três fatores: cooptação social (isto é, mobilidade ascendente controlada, principalmente dos membros mais ambiciosos, usualmente pardos), manipulação ideológica, primeiramente pela vigência da ideologia do “branqueamento” e, mais tarde, pela utilização da noção de “democracia racial” e a força, ameaça ou uso de formas de repressão. O segundo fator se mostra especialmente importante na ocultação da violência simbólica praticada pelo grupo branco em

³ Fábio Wanderley Reis, por exemplo, utiliza a expressão “paralelismo das escalas cromática e social” (1997, p. 230).

⁴ No Anexo II, apresentamos indicadores de renda familiar *per capita* e anos de estudo completos com sucesso para os diferentes grupos de cor para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

detrimento do negro. A identidade racial é fragmentada pela cooptação (que transforma aspirações econômicas e sociais coletivas em anseios individuais), pela imputação de responsabilidade de marginalidade ao próprio grupo negro, na “etiqueta racial” e a conseqüente ausência de conflito e discriminação racial aberto. Esses fatores, portanto, que explicariam “[porque] a afiliação racial não conseguiu proporcionar o laço coletivo para estimular a herança dos negros por mobilidade social grupal e pela diminuição das desigualdades raciais” (Hasenbalg, 2005, p.233).

Que a raça não se constituiu no Brasil como atributo capaz de formação de identidade política ampliada, no sentido, segundo Pizzorno (1975), de uma participação política num grupo solidário, que compartilha valores e, como ator coletivo, está em disputa de interesses com outros grupos “internamente” solidários já é constatação reconhecida. Isso, todavia, não significa que tal situação seja imutável, uma vez que existem grupos e reivindicações do movimento negro cuja estratégia política busca, exatamente, a reversão desse quadro de forma que a saliência dimensão racial se torne alta na atuação e mobilização política (Fialho & Mello Silva, 2005). Todavia, Lamounier (1968), Souza (1971), Gláucio A. D. Soares & Valle Silva (1985), Castro (1993) e Berquó & Alencastro (1992) reivindicam à raça o *status* de variável condicionante de comportamento eleitoral diferenciado.

Souza (1971), por exemplo, argumenta que a raça implica maior fidelidade e preferência ao PTB, mesmo quando se considera o efeito da classe. Castro (1993) tem, por sua vez, interessantes achados:

O efeito da raça é, assim, ambíguo: pretos e pardos se alienam mais que os brancos, mas, quando decidem participar do processo eleitoral, escolhem em proporção relativamente maior os candidatos da esquerda [...] Os dados indicam que não se deve opor raça e classe na explicação do comportamento eleitoral. Algumas análises anteriores sugeriam, como se mostrou anteriormente, que, se o fator racial fosse importante, a posição de classe não o seria, ou, inversamente, se classe fosse fator explicativo do comportamento eleitoral, classe não o seria. Parece mais fecundo considerar, e os dados aqui analisados indicam,

que os dois fatores podem ser, ao mesmo tempo, importantes para a explicação do voto. Pertencer a um grupo racial pode, por exemplo, intensificar, em alguns casos, ou impedir, em outros, a manifestação de tendências dadas pela posição social (Castro, 1993, p. 483).

Nesses trabalhos, subjaz a percepção de que as experiências de discriminação e desigualdade raciais têm efeito no comportamento político dos indivíduos negros, especialmente relativamente à participação eleitoral. Tal consideração feita por esses estudos não refuta, de qualquer forma, a interpretação costumeira de que raça não forma um atributo aglutinador de ação coletiva ampliada e intensa no Brasil, tendo, por exemplo, os Estados Unidos em perspectiva comparada (ainda que, mais uma vez vale ressaltar, exista um movimento negro).

Dentro desta perspectiva, diversas perguntas se apresentam, dentre as quais algumas são destacadas: de modo geral, negros participam politicamente menos do que brancos? Quais são os limiares para superar o alheamento em relação à política para negros e para brancos? Dessas perguntas, retiramos algumas hipóteses. À medida que aumenta a centralidade do indivíduo, ele participa mais em atividades políticas; todavia, o limiar para o indivíduo se tornar ativo seria diferenciado entre os grupos de cor. Mais precisamente, negros devem ser mais ‘centrais’ do que brancos para estarem acima do limiar de alheamento político.

Como colocado inicialmente, as desigualdades sociais que acompanham o atributo da raça devem ser consideradas para que se possa saber se, controlando por atributos de centralidade objetiva (renda e escolaridade) e por “habilidades cívicas” (Verba, Schlozman & Brady, 1995), raça possui um efeito autônomo na propensão à participação política. Milbrath (1965) sistematizou a literatura sobre participação política e desigualdade social formulando proposições derivadas de generalizações empíricas que podem ser resumidas na seguinte proposição: quanto mais central o

indivíduo, maior a sua inclinação e intensidade de participação política⁵. A centralidade possui as dimensões subjetiva e objetiva, sendo que alguns aspectos que compõem a dimensão objetiva são: origem urbana, alto status ocupacional, alto status socioeconômico e, usualmente, ser do sexo masculino e *branco*. A dimensão subjetiva da centralidade se relaciona a atitudes e crenças em relação ao sistema político, como interesse por política, percepção de marginalidade, auto-exclusão, entre outros. Sidney Verba e seus co-autores (1995) propõem um modelo, também derivado de achados empíricos, denominado “modelo do voluntarismo cívico” (CVM, i.e, *Civic Voluntarism Model*). Nesse modelo, o processo participatório possui três condicionantes principais: os recursos (*resources*), as motivações (*engagement*) e o recrutamento (*networks of recruitment*). O recrutamento se caracteriza pela presença do indivíduo em redes que o levam a ser convidado e instigado a tomar parte em atividades políticas. A motivação, por sua vez, trata das disposições subjetivas como interesse por política, informação, partidarismo e percepção de competência que inclinam o indivíduo à atuação política. Os recursos, aspecto de maior relevância para Verba, Schlozman e Brady para a propensão à atividade política, são necessários, frequentemente, à possibilidade de manifestação em ação das disposições individuais em relação à política (sendo também condicionantes dessas disposições) e, também usualmente, à presença do indivíduo em redes de recrutamento. Os recursos se compõem de renda, tempo e habilidades ou “habilidades cívicas”⁶ (*civic skills*) e estes recursos derivam da posição social dos indivíduos, assim como sua inserção e atuação em associações secundárias⁷.

⁵ Participação política é entendida por Milbrath amplamente como qualquer ação direcionada à influência do sistema político, especialmente os *outcomes* do sistema político.

⁶ Esta noção de habilidades cívicas será discutida mais à frente no momento de operacionalização e teste das perguntas colocadas e nos comentários finais do texto.

⁷ Fábio Wanderley Reis (1978) apresenta uma interessante releitura do modelo da centralidade de Lester Milbrath (1965) ao fazer uso simultâneo deste com o modelo da “consciência de classe” de Alessandro Pizzorno (1975), indo de encontro às proposições de Verba, apontando a existência de um “limiar de participação”, abaixo do qual há uma carência tal de “recursos participatórios” que pode levar ao alheamento da política. Nessa perspectiva, Reis aponta que, comum aos dois modelos, há o fator intelectual no condicionamento da participação, de modo que variáveis do modelo da centralidade permite que o modelo da consciência de classe se efetive.

2. Resultados empíricos e interpretação preliminar

Os questionamentos apresentados sobre a relação entre raça e desigualdade política – ou mais precisamente, os efeitos da raça e das desigualdades sociais associadas à raça na propensão a tomar parte em organizações políticas – serão tratados através dos dados da Pesquisa por Amostragem Probabilística da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH), em sua rodada 2005, parte da pesquisa do *Social Hubble*⁸.

Os teste e modelos formulados foram construídos tendo em vista o referencial teórico já brevemente apresentado: o modelo da centralidade, do voluntarismo cívico e os estudos sobre relações raciais no Brasil, especialmente Castro (1993) e Hasenbalg (2005). Na medida em que os modelos forem apresentados, uma maior explicitação da escolha e operacionalização das variáveis será feita⁹.

No que toca à dimensão política, 82,8% da amostra não participa de nenhuma organização política, sendo este vínculo formal ou informal, restando 17,2% da amostra que é vinculado a, ao menos, uma organização política¹⁰. Esta participação política se distribui entre os grupos de cor da seguinte forma:

⁸ O *Social Hubble* é um projeto, inspirado no monitoramento de Detroit promovido pelo Instituto de Pesquisa Social (ISR), do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Departamento em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com várias universidades (como Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul) para a construção de *surveys* internacionais com possibilidades comparativas em diversas cidades do mundo. A rodada 2005 da PRMBH possui uma amostra de **1.122** entrevistados.

⁹ Na medida em que as diferenças entre pretos e pardos não se mostraram empiricamente relevantes no que tange à participação política, será usada a terminação brancos e não-brancos, sendo que os não-brancos incluem pretos e pardos. Os resultados destes testes podem ser obtidos através do e-mail dos autores. Amarelos e outras categorias não foram analisadas neste trabalho. Vale ressaltar que neste trabalho é utilizada a auto-classificação do entrevistado através das categorias oferecidas pelo IBGE.

¹⁰ A variável participação política foi agregada de forma que os indivíduos são divididos entre aqueles que não participam politicamente e os que participam de ao menos uma associação política (indivíduos que participam de mais de uma associação são de quantidade estatisticamente proibitiva para serem considerados separadamente).

Tabela 1

Participação em Organizações Políticas, por Grupo de Raça/Cor

Raça/Cor	Participa (%)	Não participa (%)	N
Branco	22,0	78,0	381
Pardo	12,9	87,1	435
Preto	17,2	82,8	192
Total	17,2	82,8	1008

Qui-quadrado: 12,023
Fonte: PRMBH, 2005

Tabela 2

Participação em Organizações Políticas, por Grupo de Raça/Cor

Raça/Cor	Participa (%)	Não participa (%)	N
Branco	22,0	78,0	381
Negros	14,2	85,8	627
Total	17,2	82,8	1008

Qui-quadrado: 10,279
Fonte: PRMBH, 2005

Os testes de qui-quadrado apontam que há dependência estatística entre a raça e participação política. Isso significa que a distribuição da participação política não é aleatoriamente distribuída entre grupos de cor e, portanto, há assimetrias que, inclinam a um maior ativismo (proporcional) por parte de brancos. É necessário, todavia, um controle de outras variáveis para distinguir com maior precisão o impacto quantitativo da raça na propensão à participação política. Nesse sentido, utiliza-se o modelo de regressão logística binária.

A variável resposta é participação política¹¹. Do modelo da centralidade foram apropriadas as variáveis renda familiar *per capita* e anos de estudo completados com sucesso. Essas variáveis são importantes porque resumem a maior parte do efeito de outras variáveis indicadoras de centralidade objetiva, especialmente num cenário urbano (Milbrath, 1965). Do modelo do voluntarismo cívico nos apropriamos da

¹¹ Sendo utilizados modelos de regressão logística, a variável resposta é configurada de forma binária, *dummy*, sendo participa = 1 e não participa = 0.

variável “habilidades cívicas” que foi escolhido para compor as equações¹². Verba *et alli* definem o conceito da seguinte maneira: “the communications and organizational abilities that allow citizens to use time and money effectively in political life, constitute a third resource for politics” (Verba, Schlozman & Brady, 1995, p.320). Trata-se, portanto, de um recurso que possibilita o uso de atributos “objetivos” como renda e escolaridade, sendo que essas habilidades são potencializadas pelo ambiente de trabalho, por associações secundárias não-políticas, como igrejas, associações de bairro, grupos de ajuda, entre outras. No questionário da PRMBH 2005, pergunta-se se o respondente participa (se há vínculo formal ou informal), se ele contribui financeiramente, se a participação é voluntária, se ele é filiado e se ele participa de atividades na entidade. Verba, Schlozman e Brady, ao medirem “habilidades cívicas”, utilizam perguntas específicas, como participação em apresentações, falar em públicos, participação em reuniões, debates e capacidades cognitivas. O autor ressalta que essas habilidades são desenvolvidas em espaços de contato interpessoal e socialização, como igrejas, locais de trabalho e associações. Nesse sentido, são as *atividades* nas associações que levam ao desenvolvimento das habilidades e não o vínculo. Esse ponto é importante uma vez que o mero vínculo a associações (tampouco o crescimento do vínculo associativo, assim como o número de associações) não é indicador confiável para a formação de habilidades que condicionam a atuação política. Putnam (2000), por exemplo, ressalta que, ainda que o número de associações e associados tenha aumentado nos EUA, as associações ganham, cada vez mais, o caráter de associações terciárias, nas quais os associados não participam de atividades de interação, sendo o ato mais freqüente a doação de dinheiro (no caso norte-americano).

Em relação ao próprio conceito de “habilidades cívicas”, falta-lhe acuidade, ou seja, falta a sua inserção num quadro analítico com maior explicitação de

¹² A dimensão do recrutamento não poderia ser medida adequadamente tendo em vista o questionário da pesquisa. A dimensão da motivação (*engagement*), por outro lado, exigiria outros testes e uma discussão analítica mais aprofundada do Modelo do Voluntarismo Cívico, de forma que desviaria do foco proposto pelo trabalho.

mecanismos causais que permita o uso deste com maior clareza da direção da causalidade e medição empírica. A própria denominação do conceito como “habilidades cívicas” remete a vários desideratos sobre participação e sua relação com a democracia. De saída, como Reis (2002) argumenta, não se pressupõe qualquer valor intrinsecamente cívico na participação. Dessa forma, para este trabalho, a idéia e as sugestões que o conceito traz são válidas (compreensão do comportamento político por desenvolvimento de competências, percepções e atitudes favoráveis à política em espaços de socialização não-políticos), embora sua denominação não seja a mais adequada a tais propósitos – e nem mesmo, de modo geral, para estudos sobre participação política¹³. Nesse sentido, a noção de ‘habilidades cívicas’ será denominada ‘atividade em associações não-políticas’, ainda que a discussão continue tendo como base a proposta de Verba, Schlozman e Brady.

A outra variável que compõe o modelo é, como já deve ser esperado, raça¹⁴. Neste momento é importante uma breve nota sobre a categoria de raça. Esta categoria é utilizada por termos em boa conta a argumentação de Guimarães acerca dessa noção. Desde que se diferencie raça de racismo, a noção de raça permite desmitificar mal entendidos acerca das práticas discriminatórias, uma vez que raça, como conceito, deve ser entendida como um construto social, “formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (Guimarães, 1999, p.153). O autor ainda sustenta que a discriminação racial constitui prática que visa, em sociedades de *status* como a brasileira, “manter uma hierarquia entre brancos e negros (de classe e *status* social) já dada e aceita como natural”, sendo característica do “racismo à brasileira” sua

¹³ Warren (2001, 2004) chama atenção para a existência de associações diferenciadas em sua organização interna, em seus objetivos, em sua moral, na sua relação com outras associações. Nesse sentido, associações podem gerar diferentes desenvolvimentos de habilidades, além de habilidades distintas. Dessa forma, a mera densidade associativa não é bom indicador para o desenvolvimento de habilidades para a participação, muito menos para uma participação cívica, dado que diferentes associações possuem efeitos diferenciados por si próprias e consideradas em conjunto (como a noção de sociedade civil) para o sistema político como um todo.

¹⁴ Para tal discussão, ver Guimarães, (1995, 1999).

mobilização para justificação e legitimação de certa diferenciação de posições sociais (Guimarães, 2004, p. 68, 75).

Em outras palavras, raça remete a um construto, identidade social, ainda que se baseie em “idéia biológica errônea”, trata-se de uma categoria socialmente efetiva – que como categoria sociológica, prescinde de fundamentação natural¹⁵. Reiteramos que nos testes feitos, não houve diferença significativa entre a variável definida como brancos e não-brancos e a variável discriminada em brancos, pretos e pardos (sendo que preto foi o grupo de referência). Dessa forma, os resultados reportados serão apresentados com a variável de raça configurada como branco e não-brancos.

O primeiro modelo utilizado não inclui a variável raça e tem como fim demonstrar o comportamento das variáveis advindas do modelo da centralidade e do voluntarismo cívico¹⁶:

¹⁵ Alan Templeton (1999) aponta, em artigo que busca discutir os fundamentos biológicos da idéia de raça humana, afirma que a baixa variabilidade genética encontrada entre os diferentes grupos humanos não permite sustentar a idéia da existência de diferentes “raças” ou “subespécies”. Entretanto, o próprio Templeton ressalta que tal resultado em nada diz respeito aos aspectos sociais, culturais, políticos ou econômicos da idéia de raça.

¹⁶ A variável renda familiar *per capita*, devido à sua distribuição assimétrica, teve sua distribuição aproximada da distribuição normal através da sua transformação em logaritmo natural. Tanto a variável “renda” quanto a variável “anos de estudos” foram centralizadas de forma que suas médias correspondem a zero, o que significa que a constante indica a probabilidade de participação em organizações políticas de indivíduos com renda e escolaridade equivalente à média da população estudada e permite uma análise diferenciada da constante. Além do mais, a centralização das variáveis reduz a possibilidade de multicolineariedade entre tais variáveis. A variável “atividade em associação não-políticas”, ao contrário das variáveis renda e escolaridade que são contínuas, é *dummy*, sendo “participa em atividades em associações não-políticas” =1. A variável associativismo também é *dummy*, sendo “participa em associações = 1”.

Tabela 3			
Participação política			
	b	%	Sig.
Constante	-2,101 (0,135)	10,8	0,000
Logaritmo da renda familiar <i>per capita</i>	0,325 (0,100)	38,4	0,001
Anos de estudo	0,010 (0,024)	1,0	0,684
Atividade em associação não-política	1,158 (0,328)	218,2	0,000
Vínculo com associação não-política	0,142 (0,332)	15,2	0,670
g.l. =	4		
Qui-quadrado crítico =	9,488		
Qui-quadrado obtido =	84,281		

Nota: Erro-padrão entre parênteses. “%” traz os efeitos percentuais da constante de cada variável já calculados. Ver Anexo V para a equação do modelo utilizado.
Fonte: PRMBH 2005.

Renda familiar *per capita* e atividade em associações não-políticas se mostraram estatisticamente significantes, sendo que vínculo com associações não-políticas e anos de estudos não apresentam coeficiente estatisticamente significantes. A relação entre associativismo e atividades em associações não-políticas já foi discutida anteriormente, uma vez que há fortes indicações de que se trata de uma relação espúria. Anos de estudo não ser estatisticamente significativo é um tanto surpreendente, mas, de qualquer forma, sua presença neste modelo e nos modelos seguintes se justifica devido à sua associação linear moderada com renda ($r = 0,577$) e uma vez que a análise discriminante mostrou que, ainda que sua capacidade de discriminação entre o grupo que participa e o grupo que não-participa seja menor do que a capacidade da renda, seu potencial de discriminação não é irrelevante, sendo, portanto, importante mantê-la como variável de controle.

Com a introdução da variável raça, o modelo com as variáveis escolhidas se apresenta da seguinte maneira:

Tabela 4			
Participação política e raça			
	b	%	Sig.
Constante	-2,170 (0,153)	10,2	0,000
Logaritmo da renda familiar <i>per capita</i>	0,337 (0,108)	40,1	0,002
Anos de estudo	0,003 (0,026)	0,3	0,909
Atividade em associação não-política	1,213 (0,185)	236,5	0,000
Raça	0,267 (0,197)	30,6	0,176
g.l. =	4		
Qui-quadrado crítico =	9,488		
Qui-quadrado obtido =	78,792		

Nota: Erro-padrão entre parênteses. “%” traz os efeitos percentuais da constante de cada variável já calculados. Ver Anexo VI para a equação do modelo utilizado.
Fonte: PRMBH 2005.

Ao contrário do esperado, a variável raça não se mostra estatisticamente significativa. O sentido estatístico desse resultado implica que não haveria diferença entre brancos e negros no que tange a propensão a participação política quando se controla o efeito da variável raça por renda familiar *per capita*, anos de estudo e atividade em associação não política. Isso não significa, todavia, que os resultados apresentados pelo qui-quadrado para dependência estatística são inválidos, uma vez que uma análise descritiva dos dados indica que a presença de negros é proporcionalmente menor em atividades política. Esses resultados nos indicariam que o efeito da raça na propensão à participação política passa pela renda e pela inserção em associações não-políticas e não, necessariamente, a condicionantes simbólicos ligados estritamente ao atributo adscrito da raça no que concerne à propensão a participar politicamente. Por fim, vale apontar que a variável anos de estudo tampouco se mostra estatisticamente significativa.

Quantitativamente, pode-se interpretar os efeito dos coeficientes da seguinte maneira: o aumento em 100% na renda, eleva em 41,9% a probabilidade de um indivíduo participar de organizações políticas e participar em atividades em associações não-políticas eleva em 179,2% a chance de tomar parte em organizações

políticas¹⁷. A constante indica que indivíduos com escolaridade média, média do logaritmo da renda, e que não participam em atividades de associações não-políticas e negros possuem 10% de chance de participarem politicamente. Todavia, o modelo no qual raça é introduzido apresenta pelo teste qui-quadrado de ajuste do modelo pior ajuste que a equação com renda, anos de estudo e atividade em associações não políticas¹⁸.

Na tentativa de sofisticar o modelo e tentar detectar possível o efeito diferenciado dos recursos explorados neste trabalho (renda, escolaridade, e participação em atividades não-políticas) para os diferentes grupos raciais, foram criados termos interativos. Os termos criados apresentam a interação entre raça e renda familiar *per capita*, raça e anos de estudo, participação em atividades não-políticas e renda, e participação em atividades não-políticas e anos de estudo. Os termos interativos possibilitam a avaliação de efeitos diferenciados, por exemplo, da renda sobre a propensão a participação política de diferentes grupos raciais. Isso implica na avaliação diferencial (caso o termo interativo for estatisticamente significativo) do efeito da renda sobre a participação política para brancos e não-brancos.

Construímos vários modelos¹⁹, sendo que o modelo reportado abaixo apresenta resultados analiticamente instigantes e, estatisticamente, tem melhor ajuste do que os outros modelos construídos, tendo como referência o teste qui-quadrado para ajuste do modelo.

¹⁷ Lembra-se que a regressão logística não fornece o coeficiente padronizado, o que não permite a comparação entre os efeitos dos coeficientes.

¹⁸ O teste de Hosmer-Lemeshow utilizado para a adequação dos dados a modelos de regressão logística também indica que na equação com a introdução da variável raça não há evidência de que os dados se ajustam ao modelo. Foram feitas correlações Pearson para a verificação de alguma colineariedade entre renda e anos de estudo (assim como entre os termos interativos utilizados no modelo seguinte). Todavia, como mostra o Anexo IV, as correlações apresentam valores aceitáveis. O mesmo ocorre na relação entre atividades em associações não políticas e raça, uma vez que o qui-quadrado não mostra dependência estatística, ver no Anexo III.

¹⁹ Os modelos construídos estão disponíveis através de pedido via e-mail aos autores.

Tabela 5			
Participação política, raça e interação			
	b	%	Sig.
Constante	-2,181 (0,154)	10,1	0,000
Logaritmo da renda familiar <i>per capita</i>	-0,166 (0,163)	-15,3	0,307
Anos de estudo	-0,003 (0,026)	-0,3	0,904
Atividade em associação não-política	1,072 (0,200)	192,2	0,000
Raça	0,117 (0,221)	12,4	0,596
Atividade x ln Renda	0,527 (0,174)	69,3	0,002
Raça x ln Renda	0,509 (0,191)	66,4	0,008
g.l. =	6		
Qui-quadrado crítico =	12,592		
Qui-quadrado obtido =	96,077		

Nota: Erro-padrão entre parênteses. “%” traz os efeitos percentuais da constante de cada variável já calculados. Ver Anexo VII para a equação do modelo utilizado.
Fonte: PRMBH 2005.

Sobre as variáveis escolhidas para compor o modelo, é importante chamar a atenção para a não-inclusão dos termos interativos compostos por raça *versus* anos de estudo e atividade em associação não-política *versus* anos de estudo. Esses termos se mostraram estatisticamente não-significantes, sendo que o termo raça *versus* logaritmo da renda familiar *per capita* e o termo raça *versus* anos de estudo apresentaram alta associação linear ($r=0,71$)²⁰.

Além dos valores dos coeficientes, deve-se ter em vista, com maior atenção, a significância ou não das variáveis, assim como os resultados obtidos com a inclusão dos termos. Esta técnica estatística permitiu sofisticar o resultado do primeiro modelo com a inclusão da variável raça apresentado²¹, no qual raça não mostrou impacto no acesso dos indivíduos ao sistema político através da ativação política.

Os resultados são interpretados da seguinte maneira. Negros e brancos não-ativos em associações civis, com perfil médio²², possuem a mesma chance de tomar

²⁰ Para a justificativa estatística para a não-inclusão dos termos interativos com escolaridade no modelo, ver Anexo IX.

²¹ Ver tabela 4 no texto e Anexo VI para a equação do modelo.

²² Levando em consideração que as variáveis anos de estudo e logaritmo da renda familiar *per capita* foram centralizadas.

parte em organizações políticas, da mesma forma que negros e brancos ativos também possuem a mesma chance. Todavia, brancos e não-brancos ativos possuem cerca de 2,5 mais chances de atuar politicamente do que brancos e não-brancos não-ativos. Renda eleva as chances de participar do indivíduo branco, seja este ativo ou não, em relação aos negros. Adicionalmente, a renda tem maior impacto para indivíduos ativos do que para não-ativos em organizações não-políticas. Para indivíduos negros, renda só possui efeito positivo para indivíduos negros ativos (mas com um impacto cerca de um terço do estimado para brancos), não tendo impacto para indivíduos negros não-ativos, diferentemente do que ocorre com os brancos. Participar em atividades de organizações não-políticas eleva as chances tanto de brancos quanto de não-brancos ativos de participar politicamente. Esses resultados²³ são explorados analiticamente na próxima seção.

3. Considerações

A interpretação do efeito da raça exige uma interpretação mais cuidadosa do que poderia sugerir uma simples análise de efeito não-significativo de seu impacto sobre a propensão à participação política. Não se pode sustentar que raça seja variável irrelevante no que diz respeito à ativação política. Os resultados apresentados acima indicam que raça exerce efeito substantivo, porém de forma indireta, através de variáveis de caráter socioeconômico e de “integração” e inserção social. Para indivíduos brancos, ativos e não-ativos, a renda tem efeito na sua propensão a participar. Para indivíduos negros, por outro lado, a renda só possui efeito na propensão a tomar parte em organizações políticas sob a condição de estes serem ativos em organizações civis; e, vale ressaltar, o efeito da renda para brancos ativos é cerca de três vezes maior que o efeito da renda para negros ativos. A participação em atividades de associações secundárias apresenta efeito tanto para negros quanto para brancos.

²³ As equações que permitem a análise desse modelo, assim como os cálculos dos seus coeficientes se encontram no Anexo VIII.

Sem distinguir por grupos raciais, a atividade nessas associações eleva em 192% a probabilidade de participar politicamente, controlando por renda, raça, escolaridade e termos interativos. É interessante notar que a probabilidade de participar para indivíduos negros de perfil médio ativos é cerca de 2.5 vezes maior do que indivíduos negros de perfil médio não-ativo.

De forma geral, os resultados que se destacam, a princípio, são os seguintes: 1) participar de atividades em associações não-políticas tem efeito na propensão a participar tanto para brancos quanto para negros; 2) renda não possui efeito no caso de indivíduos negros não-ativos; e 3) para indivíduos ativos, a renda tem maior efeito para brancos do que para negros, ainda que esta variável tenha efeito, neste caso, para estes últimos.

Em termos de interpretação destes resultados à luz da bibliografia aqui mobilizada, pode-se, no momento, fazer algumas indicações. Um primeiro aspecto que merece atenção é o efeito ambíguo da atividade em associações civis. A inserção em tais atividades, por um lado, atua como recurso que eleva a probabilidade de um indivíduo tomar parte em associações políticas podendo, inclusive, contrabalancear a ausência de outros recursos. A participação em atividade de associações não-políticas, deste modo, apresentaria efeito capacitador para ingresso na esfera política via organizações. Uma vez que essas associações se constituem de igrejas, clubes e associações comunitárias e de apoio, a formulação de Pizzorno, acerca de a participação existir onde existe um grupo de iguais solidário, ganha força. A inserção e a atividade desses indivíduos politicamente marginalizados em grupos que os permitem socializar-se, fazer contatos, utilizarem de certos recursos de redes presentes nessas associações aumenta a probabilidade de sua participação política. Entretanto, outro efeito de tal inserção em atividades é a amplificação de outras desigualdades existentes. Como os resultados acima mostram, para indivíduos que tomam parte em atividades de associações civis, o impacto da renda eleva de forma considerável a propensão à participação política. Deste modo, tais atividades se apresentam, também, como recurso que multiplica

outras desigualdades. Isso poderia levar a um raciocínio que, apesar do acesso menos desigual a associações²⁴, estas tornam a renda um fator mais importante na participação, tanto para negros quanto para brancos, reforçando dessa forma, reforçando, por esse lado, assimetrias.

Célia Kerstenetzky (2003) aponta que as desigualdades sociais são essenciais na geração de desigualdades políticas e questiona o vínculo imediato entre associativismo e democracia virtuosa, ou ainda, igualdade política. Apropriando de seu argumento pode-se afirmar que nesse caso, o associativismo “ativo” atua tanto no sentido de aumentar a probabilidade de participação de ambos grupos raciais (uma vez que é um recurso simetricamente distribuído entre grupos raciais), tendo especial impacto no grupo negro, assim como reforça o efeito de um recurso assimetricamente distribuído, a renda.

Em termos do referencial proposto por Verba e seus co-autores, as “habilidades cívicas”, denominadas de atividades em associações políticas, possuem tanto o efeito de potencial redução de desigualdades políticas (uma vez que seu acesso não é desigual e possibilita maior probabilidade de atuação política) quanto reforçam o efeito da renda, recurso já extremamente desigual, principalmente para brancos. Esse tipo de análise apresenta certa proximidade com o argumento de Verba, uma vez que as “habilidades cívicas” na análise do caso americano são mais acessíveis a brancos e grupos mais centrais, ainda que potencializem, em certos casos, grupos marginais, como negros.

Tendo em vista o debate mais especificamente racial no Brasil, estes resultados apresentam uma nova perspectiva. Em primeiro lugar, o efeito da raça sobre a participação política está associado às desigualdades sociais que acompanham este atributo. Dessa forma, nossos resultados se diferenciam no que se refere à “autonomia” do efeito da raça dos resultados sobre comportamento eleitoral de Castro e Souza (mas

²⁴ Como demonstrado no Anexo III, não existem evidências nos dados que apontem para uma participação assimétrica dos grupos raciais em atividades em associações não-políticas.

não os refutam). Em termos de comportamento orientado por identidade e solidariedade racial, o tipo de análise aqui levada a cabo não permite que analisemos o diagnóstico tradicional acerca de uma solidariedade fragmentada. Todavia, pode-se conjecturar sobre os efeitos da inserção de indivíduos em associações no que tange ao seu comportamento político, orientado ou não por uma perspectiva identitária racial. A inserção de negros em associações ou ainda em grupos solidários possui efeitos que a mobilidade social ou maior centralidade não teriam na redução da desigualdade política.

Os resultados obtidos possibilitam o estabelecimento de analogias – mas não de correspondência, equivalência ou similaridade – com modelos propostos por outros autores. A primeira seria uma analogia com os resultados apontados por Castro. Embora se direcione para outras questões, seu estudo também indica que comportamentos diferenciados, e mesmo opostos, são apresentados por indivíduos não-brancos situados em diferentes níveis de centralidade. A diferença entre o trabalho de Castro e este diz respeito à dimensão da centralidade relacionada com tal comportamento distinto. Se naquele a centralidade objetiva é a principal responsável pela diferenciação do comportamento de negros, neste é a dimensão subjetiva da centralidade que altera o condicionante à atuação política.

Fábio Wanderley Reis (1978), em contexto e objetivos distintos dos nossos, propõe um modelo que busca assimilar contribuições tanto do Modelo da Centralidade (Milbrath, 1965) quanto do Modelo de Consciência de Classe (Pizzorno, 1975) para interpretação de resultados de pesquisas de comportamento eleitoral. Reis propõe que o acionamento do Modelo de Consciência de Classe estaria condicionado pela superação de limiares mínimos de centralidade objetiva que seriam diferentes para grupos com diferentes níveis de centralidade subjetiva.

Embora elaborado para propósitos distintos, a idéia subjacente no modelo proposto por Reis nos parece adequada para pensar os resultados alcançados em nossas análises. Como foi apontado acima, o efeito da renda (única variável relacionada

à dimensão objetiva com efeito significativo) sobre a propensão a participar de organizações políticas só se faz presente sob certas condições: ser branco ou, caso negro, participar em atividades de associações civis. Ambas as condições podem ser consideradas como dimensões subjetivas de centralidade, a nosso ver. A participação em atividades representaria, como já discutido, o desenvolvimento de habilidades que capacitam o indivíduo para o ingresso em atividades políticas. O efeito subjetivo da raça, cujo efeito negativo se faria sentir apenas sobre o grupo negro, estaria ligado ao preconceito existente contra indivíduos negros na sociedade brasileira, aos quais caberia uma posição social simbolicamente subalterna em relação ao grupo branco.

No que diz respeito a este trabalho, o efeito de tal posição simbólica se manifestaria tanto em práticas discriminatórias que agem no sentido de dificultar a ascensão social (e, assim, o aumento da centralidade objetiva) do grupo negro como proposto por Hasenbalg (2005), como através de certa internalização ou “naturalização da desigualdade”, para utilizar expressão de J. Souza (2004), que acabaria por minar a auto-estima dos negros e a auto-percepção enquanto indivíduos politicamente competentes. Tais práticas simbólicas acabariam por impedir aos negros o acesso a tais recursos cognitivos e situá-los em um nível de centralidade subjetiva inferior ao dos brancos, para os quais tal barreira simbólica não existiria.

A analogia com o modelo proposto por Reis, portanto, estaria na idéia de que é necessário se atingir certo nível mínimo de centralidade subjetiva para que o efeito da variação de centralidade objetiva (renda) se faça sentir – ou se intensificar no caso dos brancos. Uma vez que os negros, dada as características das relações entre grupos raciais no Brasil, estariam em uma posição de centralidade subjetiva de tal forma baixa que a dimensão da centralidade objetiva não atuaria sobre a propensão a participar politicamente. Somente quando têm seu nível de centralidade subjetiva elevado, através da inserção em atividades de associações civis, os negros passariam sofrer os efeitos da assimetria de posições de centralidade objetiva sobre a participação política.

Como se pode perceber, os resultados são mais instigantes e desafiadores do que a análise aqui apresentada pode apreender. Caberia, ainda, além da sofisticação da interpretação aqui empregada, a análise de outros dados para verificação da manutenção ou não deste padrão de comportamento político para os grupos raciais no Brasil como um todo, bem como para outras regiões do país, uma vez que nossas informações se circunscrevem à Região Metropolitana de Belo Horizonte e explorar mais minuciosamente os impactos de diferentes tipos de associativismo. Todavia, nesta primeira análise sobre a relação entre raça e na desigualdade política aponta diversas perguntas e caminhos de pesquisa são abertos. Cabe, portanto, explorá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. 1984 [1979]. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. London: Routledge and Kegan Paul.
- BUENO, Natália S. 2006a. “Participação Política na Região Metropolitana de Belo Horizonte: (Des) Igualdade Política e Recursos” *Revista Três Pontos* 3(1): 15-24
- CASTRO, Mônica Mata Machado de. 1993. “Raça e Comportamento Político”. *Dados*, 36(3): 469-491.
- FIALHO, Fabrício; MELLO SILVA, André Drumond. 2005. “Identidade racial na formação de atores coletivos: alguns problemas teóricos com (possíveis) implicações práticas”. *Revista Três Pontos*, 2(2): 15-22.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. 1995. “Raça, Racismo e Grupos de Cor no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, 27: 45-63.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. 1999. “Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil”. *Novos Estudos CEBRAP*, 54: 147-56.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. 2004. *Preconceito e Discriminação*. 2.ed. São Paulo: Editora 34.
- HASENBALG, Carlos. 1999. “Perspectivas Sobre Raça e Classe no Brasil”. In: Carlos A. Hasenbalg, Nelson do Valle Silva & Marcia Lima. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- HASENBALG, Carlos. 2005 [1979]. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. 2003. "Sobre Associativismo, Desigualdades e Democracia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 53: 161-142.
- LAMOUNIER, Bolívar. 1968. “Raça e Classe na Política Brasileira”. *Cadernos Brasileiros*, 47: 39-50.
- MILBRATH, Lester. 1965. *Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?*. Chicago: Rand McNally.
- NOGUEIRA, Oracy. 1998. *Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp.
- PIZZORNO, Alessandro. 1975 [1966]. “Introducción al Estudio de la Participación Política”. In: Alessandro Pizzorno, Marcos Kaplan & Manuel Castells. *Participación y Cambio Social en la Problemática Contemporánea*. Buenos Aires: Siap-Planteos.
- REIS, Bruno. 2003. *The Assessment of Political Inequality in a Comparative Survey: Some Preliminary Notes*. Trabalho apresentado no XIX Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política. Durban, África do Sul.
- REIS, Fábio Wanderley. 1974. “Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político”. *Cadernos DCP*, 1: 5-58.

- REIS, Fábio Wanderley. 1978. "Conclusão: Em Busca da Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro". In: Fábio Wanderley Reis (org.). *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo, Símbolo.
- REIS, Fábio Wanderley. 1997. "Mito e Valor da Democracia Racial". In: Jessé Souza (org.). *Multiculturalismo e Racismo: Uma Comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. 2005. "Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil". *Dados*, 48(1): 21-65.
- SOUZA, Amaury. 1971. "Raça e Política no Brasil Urbano". *Revista de Administração de Empresas*, 11(4): 61-70.
- SOUZA, Jessé. 2004. "Modernização Periférica e Naturalização da Desigualdade". In: Celi Scalon (org.). *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj.
- TELLES, Edward. 2003. *Racismo à Brasileira: Uma Nova Perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Ford Foundation.
- TEMPLETON, Alan R. 1999. "Human Races: A Genetic and Evolutionary Perspective". *American Anthropologist*, 100 (3): 632-650.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry. 1995. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge, MA.; London: Harvard University Press.
- WARREN, Mark E. 2001. *Democracy and Association*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- WARREN, Mark E. 2004. "What Kind of Civil Society is Best for Democracy?". *Portuguese Journal of Social Science*, 3(1): 37-47.

Anexo I – Distribuição dos grupos de cor em Belo Horizonte

Tabela A.I		
Branco, Pretos e Pardos na RMBH		
Raça / Cor	Freqüências	%
Branco	381	37,8
Pardo	436	43,2
Preto	193	19,1
Branco	381	37,8
Negros	629	62,2
RMBH	1.010	100

Fonte: PRMBH, 2005

Anexo II – Médias de renda e escolaridade entre os grupos de cor em Belo Horizonte

Tabela A.2a

Média de Anos de Estudo na RMBH por Grupo de Raça/Cor

Raça/Cor	Média de Anos de Estudo, em Anos	N	Desvio-padrão
Branco	9,6806	379	4,63441
Pardo	8,1300	426	3,94175
Preto	6,3269	187	3,96021
Branco	9,6806	379	4,63441
Negros	7,5793	613	4,03079
RMBH	8,3817	992	4,38956

Fonte: PRMBH, 2005

Tabela A.2b

Renda per Capita Média na RMBH por Grupo de Raça/Cor

Raça/Cor	Renda Média, em Reais	N	Desvio-padrão
Branco	1040,3240	342	1195,96870
Pardo	502,7911	381	794,26971
Preto	386,1847	171	875,13574
Branco	1040,3240	342	1195,96870
Negros	466,7437	552	821,09220
RMBH	686,0982	894	1019,74341

Fonte: PRMBH, 2005

Anexo III – Participação em Associações Não-políticas

Tabela A.3a

Participação em Associações Não-políticas, por Grupo de Raça/Cor

Raça/Cor	Participa (%)	Não participa (%)	N
Branco	42,0	58,0	381
Não-branco	38,5	62,5	626
Total	39,8	60,2	1007

Qui-quadrado: 1,208

Significância: 0,272

Fonte: PRMBH, 2005

Tabela A.3b

Participação em Atividades de Associações Não-políticas, por Grupo de Raça/Cor

Raça/Cor	Participa (%)	Não participa (%)	N
Branco	32,0	68,0	381
Pardo	27,8	72,2	436
Preto	30,1	69,9	193
Total	29,8	70,2	1010

Qui-quadrado: 1,778

Significância: 0,411

Fonte: PRMBH, 2005

Anexo IV – Medidas de Tendência Central e Dispersão das Variáveis e de Correlação Utilizadas nos Modelos de Regressão

Variáveis:

A = Logaritmo da renda per capita do entrevistado, centralizado

B = Anos de estudo completos com sucesso, centralizado

C = Termo interativo [atividade em associação x ln da renda *per capita* centralizada]

D = Termo interativo [raça x ln da renda *per capita* centralizada]

E = Termo interativo [atividade em associação x anos de estudo completos, centralizado]

F = Termo interativo [raça x anos de estudo completos, centralizado]

Tabela A.4a					
Correlação entre Variáveis Contínuas					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
A	988	-2,85	3,46	0,0000	1,06126
B	1101	-8,18	8,82	0,0000	4,40670
C	1093	-2,70	3,15	0,0735	0,61039
D	970	-2,56	3,15	0,1882	0,70122
E	1117	-8,18	8,82	0,2725	2,46944
F	1007	-8,18	8,82	0,5637	2,93105

Tabela A.4b						
Correlação entre Variáveis Contínuas						
	A	B	C	D	E	F
A	1	0,577	0,614	0,721	0,358	0,511
B		1	0,325	0,490	0,571	0,689
C			1	0,485	0,578	0,312
D				1	0,326	0,710
E					1	0,405
F						1

Todas as correlações foram significantes ao nível de 5%.

Anexo V – Equação do modelo de regressão logística baseada nos Modelos da Centralidade e do Voluntarismo Cívico, sem raça

$$\text{Ln} [Y=1/ 1- (Y=1)] = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3X_3 + b_4X_4 + \varepsilon$$

Em que:

$\text{Ln} [Y=1/ 1- (Y=1)]$ = Participação política, em que “participa =1”

X_1 = Logaritmo da renda per capita do entrevistado, centralizado

X_2 = Anos de estudo completos com sucesso, centralizado

X_3 = Atividade em associação não-política, em que “participa =1”

X_4 = Vínculo com associação não-política, em que “membro =1”

Anexo VI – Equação do modelo de regressão logística baseada nos Modelos da Centralidade e do Voluntarismo Cívico, com raça

$$\text{Ln} [Y=1/ 1- (Y=1)] = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3X_3 + b_4X_4 + \varepsilon$$

Em que:

$\text{Ln} [Y=1/ 1- (Y=1)]$ = Participação política, em que “participa =1”

X_1 = Logaritmo da renda per capita do entrevistado, centralizado

X_2 = Anos de estudo completos com sucesso, centralizado

X_3 = Atividade em associação não-política, em que “participa =1”

X_4 = Raça do entrevistado, em que “brancos =1” e “não-brancos” / “negros” (pretos e pardos)=0

Anexo VII – Equação do modelo de regressão logística com termos interativos com renda

$$\text{Ln} [Y=1/ 1- (Y=1)] = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3X_3 + b_4X_4 + b_5X_5 + b_6X_6 + \varepsilon$$

Em que:

$\text{Ln} [Y=1/ 1- (Y=1)]$ = Participação política, em que “participa =1”

X_1 = Logaritmo da renda per capita do entrevistado, centralizado

X_2 = Anos de estudo completos com sucesso, centralizado

X_3 = Atividade em associação não-política, em que “participa =1”

X_4 = Raça do entrevistado, em que “brancos =1” e “não-brancos” / “negros” (pretos e pardos)=0

X_5 = Termo interativo [atividade em associação x logaritmo centralizado da renda (X_1 , X_3)]

X_6 = Termo interativo [raça x logaritmo centralizado da renda (X_1 , X_4)]

Anexo VIII – Equações de cálculo dos coeficientes para diferentes grupos raciais, ativos e não ativos

Equação de referência:

$$\text{Ln } [Y=1/ 1- (Y=1)] = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3X_3 + b_4X_4 + b_5X_5 + b_6X_6 + \varepsilon$$

Equação para brancos não-ativos:

$$\begin{aligned}\text{Ln } [Y=1/ 1- (Y=1)] &= b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3(0) + b_4(1) + b_5(1.X_1) + b_6(0. X_1) + \varepsilon \\ &= (b_0 + b_4) + (b_1 + b_5)X_1 + b_2X_2 + \varepsilon\end{aligned}$$

Equação para brancos ativos:

$$\begin{aligned}\text{Ln } [Y=1/ 1- (Y=1)] &= b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3(1) + b_4(1) + b_5(1.X_1) + b_6(1. X_1) + \varepsilon \\ &= (b_0 + b_3 + b_4) + (b_1 + b_5 + b_6)X_1 + b_2X_2 + \varepsilon\end{aligned}$$

Equação para negros não-ativos:

$$\begin{aligned}\text{Ln } [Y=1/ 1- (Y=1)] &= b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3(0) + b_4(0) + b_5(0.X_1) + b_6(0. X_1) + \varepsilon \\ &= b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + \varepsilon\end{aligned}$$

Equação para negros ativos:

$$\begin{aligned}\text{Ln } [Y=1/ 1- (Y=1)] &= b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3(1) + b_4(0) + b_5(0.X_1) + b_6(1. X_1) + \varepsilon \\ &= (b_0 + b_3) + (b_1 + b_6)X_1 + b_2X_2 + \varepsilon\end{aligned}$$

Anexo IX – Equação do modelo de regressão logística com termo interativo com renda e escolaridade

$$\ln [Y=1/ 1- (Y=1)] = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + b_3X_3 + b_4X_4 + b_5X_5 + b_6X_6 + \varepsilon$$

Em que:

$\ln [Y=1/ 1- (Y=1)]$ = Participação política, em que “participa =1”

X_1 = Logaritmo da renda per capita do entrevistado, centralizado

X_2 = Anos de estudo completos com sucesso, centralizado

X_3 = Atividade em associação não-política

X_4 = Raça do entrevistado, em que “brancos =1” e “não-brancos” / “negros” (pretos e pardos)=0

X_5 = Termo interativo [raça x logaritmo da renda centralizado (X_1 , X_4)]

X_6 = Termo interativo [atividade em associação não-política x logaritmo da renda centralizado (X_1 , X_3)]

X_7 = Termo interativo [raça x anos de estudo (X_2 , X_4)]

X_8 = Termo interativo [atividade em associação não-política x anos de estudo (X_2 , X_3)]

Tabela A9			
Participação política, raça e interação			
	b	%	Sig.
Constante	-2,177 (0,154)	10,1	0,000
Logaritmo da renda familiar <i>per capita</i>	-0,134 (0,179)	-12,5	0,454
Anos de estudo	-0,014 (0,042)	-1,4	0,741
Atividade em associação não-política	1,067 (0,201)	190,6	0,000
Raça	0,103 (0,222)	10,9	0,642
Atividade x ln Renda	0,439 (0,214)	55,2	0,040
Raça x ln Renda	0,562 (0,235)	75,4	0,017
Atividade x Anos de estudo	0,036 (0,052)	3,6	0,495
Raça x Anos de estudo	-0,019 (0,054)	-1,9	0,730
g.l. =	8		
Qui-quadrado crítico =	15,507		
Qui-quadrado obtido =	96,669		

Nota: Erro-padrão entre parênteses. “%” traz os efeitos percentuais da constante de cada variável já calculados.
Fonte: PRMBH 2005.

Este anexo mostra que a inserção de termos interativos compostos pela variável anos de estudo não traz resultados estatisticamente significativos, e nem apresenta melhoras no ajuste do modelo apresentado no Anexo VII, cujos resultados

são reportados na Tabela 5. Tal afirmação pode ser confirmada através do teste de Hosmer-Lemeshow e do cálculo da diferença entre o qui-quadrado obtido pelos modelos.

O teste de Hosmer-Lemeshow, tanto para o modelo com os termos interativos com escolaridade como o modelo sem tais termos, indica que não há evidência de que o modelo não se ajusta aos dados.

Resultado do teste de Hosmer-Lemeshow para modelo sem termos interativos com escolaridade:

$$\chi^2 \text{ obtido} = 5,067$$

$$\text{g.l.} = 6$$

$$\chi^2 \text{ crítico (g.l.} = 8; \alpha = 95\%) = 15,507$$

$$\text{Sig.} = 0,750$$

Resultado do teste de Hosmer-Lemeshow para modelo com termos interativos com escolaridade:

$$\chi^2 \text{ obtido} = 5,442$$

$$\text{g.l.} = 8$$

$$\chi^2 \text{ crítico (g.l.} = 8; \alpha = 95\%) = 15,507$$

$$\text{Sig.} = 0,709$$

O teste de Hosmer-Lemeshow mostra que não há evidências de que ambos os modelos não se ajustam aos dados.

Entretanto, a realização do teste $\Delta\chi^2$ aponta que a inclusão dos termos interativos com escolaridade não melhora o ajuste do modelo.

$$\Delta \text{ g.l.} = \text{g.l. (modelo com escolaridade)} - \text{g.l. (modelo sem escolaridade)}$$

$$\Delta \text{ g.l.} = 8 - 6$$

$$\Delta \text{ g.l.} = 2$$

$$\chi^2 \text{ crítico (g.l.} = 2; \alpha = 95\%) = 5,991$$

$$\Delta \chi^2 = \chi^2 (\text{modelo com escolaridade}) - \chi^2 (\text{modelo sem escolaridade})$$

$$\Delta \chi^2 = 96,669 - 96,077$$

$$\Delta \chi^2 = 0,592$$

Uma vez que a diferença entre o qui-quadrado dos modelos é inferior ao qui-quadrado crítico para o número de graus de liberdade de diferença entre os modelos, assumimos que o modelo com os termos interativos com escolaridade não apresenta melhor ajuste que o modelo sem tais termos interativos.